

ATA NUMERO SEIS

Aos cinco dias de dezembro do ano de dois mil e catorze, pelas dezoito horas, no auditorio da freguesia, sito na Travessa de S. Lazaro, em Viseu, reuniu, em Sessão Ordinaria a Assembleia da Freguesia de Viseu, presidida pelo Presidente da Assembleia de Freguesia Fernando Alexandre de Almeida Esteves e secretariado por Maria Manuela Borges Martins e Fernando de Oliveira Monteiro.

A folha de presenças foi distribuida para recolha das assinaturas dos membros da Assembleia de Freguesia, tendo-se verificado a ausencia de Jose Maria Costa do PS que se fez substituir por Ana Maria da Piedade Carvalho Abrantes Madureira, portadora do cartao do cidadão 127414427Z7, Maria Manuela Martins do PS que se fez substituir por Adelino Fernandes Lopes, portador do bilhete de identidade 3175523 e o Jose Pompeu Dinis do PSD, que comunicou a sua indisponibilidade de continuar como memmbro eleito desta Assembleia, por motivos pessoais, tendo o mesmo sido substituido de forma permanente por Fernando Manuel Correia Santos.

Marcou ainda presença o Executivo da Junta de Freguesia: O Presidente Diamantino Santos, a Secretaria Ana Matia Damião, o tesoureiro Vitor Costa, os vogais Paulo Almeida, Francisco Marques, e Rui Melo.

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, apos ter verificado a existencia de quorum, deu inicio à sessão, começando por dar posse ao novo elemento desta Assembleia:

-Fernando Manuel Correia dos Santos Fernando Manuel Correia dos Santos


Aproveitou o Presidente da Assembleia para dar as boas vindas e agradeceu a todos os presentes especialmente ao novo elemento e aos elementos que substituíram os elementos em falta, e solicitou a melhor colaboração para que a reunião decorra com normalidade.

-PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA


Perante a inexistencia de publico procedeu-se a votação da ata da sessão anterior sendo a mesma aprovada por unanimidade.

Segundo ponto antes da ordem do dia; **Informações da Junta de Freguesia**

Tomou a palavra o presidente da assembleia que começou por referir que neste ponto os elementos da assembleia tem por base o documento fornecido pelo executivo e distribuida atempadamente por todos, e lamentou o facto de alguns membros da assembleia não terem recebido a documentação atempadamente.



Foi aberta a assembleia e dada a palavra ao Presidente do executivo para poder apresentar as linhas gerais do documento previamente distribuído. O presidente aproveitou para cumprimentar todos os elementos da mesa e todos os elementos da assembleia especialmente aos elementos novos. Começou por pedir desculpa pelo cheiro que se fazia sentir na sala , referindo que o mesmo era originado por um problema estrutural do edifício que já esta identificado e que esta a tentar ser resolvido. Pediu também à assembleia que todas as decisões aqui tomadas fossem doravante, aprovadas em minuta, pois assim facilitaria os procedimentos do executivo, situação que o presidente da mesa aceitou em colocar à consideração da assembleia. Continuou com a palavra o senhor presidente do executivo, mostrando-se disponível para responder a qualquer dúvida ou questão que possa surgir na sequência da informação escrita que foi distribuída a todos os membros da assembleia. O presidente da mesa passou então a palavra aos elementos da assembleia pela ordem que se tinha previamente inscrito.



Tomou a palavra Mário Dias que começou por dirigir-se ao executivo na pessoa do seu Presidente, referindo que em relação à síntese apresentada começou por considerar positivo a continuidade do "mercado indo eu", os contactos já existentes para implantar em Viseu o movimento "o desperdício" e por ultimo a iniciativa do orçamento participativo, realçando, relativamente a este assunto que o orçamento que posteriormente será discutido, prevê aumentar a sua dotação para trinta mil euros, situação já anteriormente defendida pelo PS. Após estas três notas que considerou bastante positivas referiu que a síntese era parcial pois falta a referência à atual situação financeira da Freguesia que deveria igualmente ser disponibilizada tal como refere a lei setenta e cinco. Esta disposição está igualmente prevista no regimento desta Assembleia e a sua ausência impede a assembleia de cumprir o seu dever de fiscalizar a acção do executivo. No final da sua intervenção entregou à mesa um requerimento ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia para que se corrija este assunto, documento que fica anexo a esta ata (registado como documento numero um). Continuou a sua intervenção considerando que em relação à cultura e desporto, pela sua relevância que estas atividades têm no tecido social, o orçamento previsto, contempla apenas nove mil e quinhentos euros alocados a esta rubrica , enquanto aí aparecem inscritos, dez mil euros para publicidade, três mil euros em representações e dois mil e seiscentos euros em trabalhos especializados. Mário Dias questionou ainda o executivo em relação à aquisição de material informático para substituição de outro que já se encontrava obsoleto, perguntando que material informático é que foi adquirido? Quantas unidades? E quanto dinheiro foi gasto nesta aquisição.

Antes de passar a palavra a outro membro da assembleia, o presidente da mesma referiu que o executivo já tinha sido alertado para a necessidade de fazer distribuir o

documento de acompanhamento da situação financeira a todos os membros, antes da realização das sessões, pelo que iria insistir para que tal desiderato fosse cumprido em futuras ocasiões.

Manuela Ferro, cumprimentos todos os presentes e aproveitou para saudar o executivo especialmente pela obra de requalificação das instalações na Travessa de São Lázaro que já teve oportunidade de conhecer, podendo constatar in loco, que o material informático agora adquirido torna mais eficaz e rápido o trabalho dos colaboradores, melhorando a capacidade de resposta e aumentando a qualidade dos serviços aos nossos fregueses. Concordou ainda com a eliminação do balcão frontal, permitindo que os fregueses passem a ser atendidos com maior privacidade.

Mafalda Ferreira, cumprimentou todos os elementos do executivo e os colegas da assembleia presentes e começou por constatar que em anteriores assembleias o executivo tem recebido imensas críticas, de que pouco ou nada tem feito na área social, referindo que não pode de modo algum concordar com estas posições, salientando que mesmo com as carências financeiras e com os poucos recursos humanos disponíveis, tem efetuado um trabalho bastante meritório onde destaca a capacidade de enquadramento do trabalho realizado por estagiárias da Escola Superior de Educação de Viseu. Nesta área, quis destacar a acção do executivo em dois projetos que estão a começar, o programa zero desperdício e o estudo que se vai realizar na área do centro histórico de Viseu.

João Serra cumprimentos todos os elementos presentes e iniciou a sua intervenção com a leitura de um documento no qual manifestava o seu desagrado com a fraca adesão ao orçamento participativo, a necessidade de ser ouvida a população sobre a totalidade do orçamento e condenou aquilo a que designou como a " política de supostas parcerias e do protocolozinho", o documento entregue, ficou anexo a ata (documento numero dois), Entregou igualmente outro documento sobre as atas , pois considera que as mesmas não refletem as intervenções da CDU uma vez que são muito sintetizadas. O documento recebido pela mesa será apenso à ata (documento numero três). Referiu também que gostaria que lhe fossem respondidas algumas questões já anteriormente colocadas: Houve ou não alguma diligência relativa à proposta apresentada sobre a criação do parque de campismo na cidade? Foram realizadas algumas diligências junto do município sobre a degradação dos equipamentos para pessoas com deficiência especialmente no Jardim de S. António e os equipamentos desportivos da mata do Fontelo? João Serra, questionou ainda o executivo acerca da demora em resolver o problema dos semáforos avariados no Rossio e alertou para o facto desta situação também se verificar noutros pontos da cidade. Questionou igualmente, sobre a eventual concentração e mudança das instalações da Junta de Freguesia de Viseu para um edifício único, situação que a CDU discorda na totalidade,

pois defende que se fosse possível deveriam existir ainda mais locais espalhados por toda a freguesia para atendimento aos fregueses. Solicitou igualmente à mesa da assembleia que disponibilizasse para consulta via internet, as atas após a sua aprovação. Por fim, apresentou um documento de protesto sobre as iluminações de natal da cidade procedendo à sua leitura e entrega do mesmo à mesa, que foi anexado à ata (documento numero quatro).

Antes de passar a palavra o presidente da mesa referiu que todos os documentos entregues à mesa são anexados às respectivas atas e que em relação a estas a mesa tem o cuidado de enviar as mesmas, previamente à sua aprovação, aos membros da assembleia para que estes possam sugerir qualquer alteração antes da sua votação, realçando que até ao momento o deputado João Serra não solicitou qualquer pedido nesse sentido. Quanto à colocação online das atas no site da Junta de Freguesia, referiu que essa é também uma pretensão sua que até ao momento não foi possível concretizar.

Felismina Coutinho cumprimentou os presentes e agradeceu ao executivo ter dado continuidade ao "mercado indo eu" referindo que a quarta edição deste evento vai ter de mudar de lugar para a Rua da Paz devido ao seu espaço original estar ocupado e pediu a todos os presentes para marcarem presença e divulgarem esta iniciativa que tem sido um grande sucesso.

Jorge Azevedo tomou a palavra e começou por cumprimentar todos os presentes. Referiu que relativamente à modernização administrativa, se o executivo quer que a Junta tenha um espaço novo, deveria poupar o investimento agora feito para o futuro espaço. Em relação à ação social referiu que está muito baseada no trabalho desenvolvido pelas estagiárias da Escola Superior de Educação o que lhe parece pouco, salientando que gostava de ver explanado realmente o que é feito, quantas famílias são apoiadas, em que circunstâncias o são e quais os custos reais, para todos podermos verificar se o dinheiro está ou não a ser bem aplicado. Relativamente ao "desperdiço zero" mostrou-se sensível aos argumentos apresentados pela CDU, referindo que é necessário ter algum cuidado para não se andar a dar "restos" aos mais carenciados. Em relação ao "mercado indo eu" alertou para o facto de um evento que é interessante, poder passar a ser desvalorizado se realizado muito frequentemente. Sobre a cultura e desporto, referiu que em relação à cultura se poderia ir um pouco mais além, e devíamos no futuro saber quem e como é apoiado. Jorge Azevedo, pronunciou-se ainda em relação às comemorações do primeiro aniversário da freguesia, referindo que ao contrario de outras, o executivo da junta de freguesia optou pela ostentação numa altura de dificuldades. Apontou como exemplo o executivo municipal que em circunstâncias semelhantes teve um comportamento, mais discreto. Quanto ao orçamento participativo, referiu que evoluiu de um modo

positivo de quinze para trinta mil euros e pediu ao executivo que demonstre igual abertura para que as propostas feitas na assembleia de freguesia possam incorporar o orçamento do executivo. Terminou a sua intervenção fazendo uma pergunta direta ao Presidente da Junta, questionando se foi comprada ou não uma viatura ligeira de passageiros para serviço do executivo.

Augusto Antunes, que cumprimentou todos os presentes, referiu que apenas queria questionar se aquando da opção pela Pousada de Viseu para a comemoração do primeiro aniversário da freguesia, o aluguer do referido espaço tinha sido pago, ao que o presidente do executivo respondeu de imediato que não. Sugeriu então que apesar disso se poderia ter optado por um local menos "vistoso", como uma qualquer instituição da nossa freguesia. Referiu ainda que considera o primeiro aniversário da freguesia como uma data marcante e que apesar de termos convidados de fora de Viseu, o facto de vivermos tempos difíceis, leva-o a concordar com o deputado Jorge Azevedo.

Olímpio Coelho, que cumprimentou todos os presentes referiu que sobre o desporto, actividade à qual está ligado no seu dia a dia, a junta tem acompanhado de perto as solicitações dos diferentes clubes e associações existentes, mais de cem em toda a freguesia, analisando caso a caso as solicitações, tendo criado inclusivamente alguns grupos de trabalho para fazer uma ligação mais profunda a estas instituições. Continuou afirmando que este executivo reconhece a importância do associativismo e tem mostrado sempre grande disponibilidade em apoiar esta riqueza da nossa sociedade. Concluiu que acredita que este executivo estará sempre disponível para continuar a apoiar futuras candidaturas de instituições que estejam legalmente constituídas e cumpram os requisitos necessários.

Terminado este período de questões ao executivo, o presidente da mesa passou a palavra ao Presidente do executivo da Junta de Freguesia que começou por agradecer as palavras do deputado Mário Dias no início da sua intervenção, referindo que é sempre bom ouvir coisas boas, vindas especialmente da oposição. Pediu desculpa pelo facto de não ter sido entregue o mapa da situação financeira, referindo que não foi nem intencional, nem para tentar disfarçar o que quer que seja, pois na última assembleia o mesmo foi disponibilizado e todos os documentos estão sempre disponíveis para consulta. Concluiu tratar-se de um lapso a ser evitado no futuro, pois essa é uma obrigação do executivo. Relativamente aos gastos efetuados referiu que todos os valores irão ser visíveis aquando da apresentação de contas.

Em relação à intervenção da deputada Manuela Ferro referiu aproveitar para ao comentar a sua intervenção responder a outras entretanto feitas, no sentido de esclarecer que as obras de requalificação do espaço na Travessa de São Lázaro, foram

intervenção pensadas no sentido de melhor operacionalizar o atendimento aos muitos fregueses uma vez que a junta dispõe de pouco pessoal. Quanto ao material informático adquirido, referiu que essa despesa irá constar também das contas a apresentar e que em caso de mudança de instalações esse equipamento será para aí transferido. Apelou ainda que caso os membros da assembleia tivessem dúvidas da eficácia desta medida, contactassem os colaboradores da junta para aferir se o serviço está melhor agora. Não menos importante foi a redução dos gastos conseguidos com a renovação das instalações elétricas, em que esta despesa passou para cerca de metade.

Agradeceu à deputada Mafalda Ferreira, uma vez que o tema da sua intervenção versou um assunto que é muito querido ao executivo, tanto mais que as pessoas continuam a vir insistentemente junto da Junta a solicitar ajuda e lamenta que continue a existir muita teoria e poucas ações práticas, acrescentando que o executivo está disponível e aceita todas as ideias e soluções para poder no terreno ajudar quem precisa. Concluiu que trocava de bom grado as palavras de retórica por sugestões concretas.

Em relação à intervenção do deputado João Serra, começou por agradecer a sua intervenção, pois ouvir opiniões discordantes, significa que vamos fazendo alguma coisa e não estamos parados. Quanto aos apoios sociais e à possibilidade de estarmos a apoiar pessoas menos carenciadas que outras, referiu que gostava de ouvir da oposição propostas mais concretas para evitar potenciais erros e solicitou inclusivamente ajuda para a deteção desses casos. Prosseguiu o presidente da junta, refutando vivamente as acusações de que o orçamento participativo seria uma farsa. Recordou que esta iniciativa foi defendida por todos e que o aumento da sua dotação orçamental reflete a vontade da maioria dos membros da assembleia. Reconhecendo que haveria aspetos a melhorar nomeadamente no sentido de estimular uma maior participação dos fregueses, recordou que esta iniciativa foi realizada pela primeira vez e como princípio considera que decorreu dentro do esperado. Esclareceu de seguida que confundir a campanha do "desperdício zero" com o dar restos aos carenciados significa não estar dentro da realidade. Trata-se de recolher os excedentes alimentares de restaurantes, cantinas sociais, talhos,..... Acerca da localização do parque de campismo referiu que existem algumas divergências de pontos de vista entre a camara e a junta de freguesia, reafirmando que muito gostaria de ter esse tipo de infraestruturas na nossa freguesia. Em relação aos semáforos referiu que depois de sinalizado o problema, estes foram reparados, referindo que sabe que ainda existem alguns problemas que têm a ver com a parte elétrica e que continuará atento pois considera os semáforos essenciais para a mobilidade da nossa cidade. Em relação às pessoas com dificuldade de mobilidade referiu que a cidade vai sofrer no futuro próximas intervenções nesse sentido. Quanto ao circuito de manutenção do Fontelo

manifestou o desejo de que o vandalismo acabe, apelando a todos para que num esforço de cidadania se tente evitar a destruição do mobiliário e equipamentos urbanos, não só do parque do Fontelo como em outros espaços da cidade. Em relação a mudança de instalações, havia de facto uma vontade da parte da câmara em ajudar a essa mudança e foi avançada a possibilidade da Casa do Adro, mas houve questões que complicaram o assunto e foi prometido uma ajuda do município para resolver esse assunto durante dois mil e quinze, pois atualmente, servimos nas duas instalações afetas à junta de freguesia mais de quatro mil pessoas por mês. O presidente referiu ainda a este propósito que a gestão dos dois espaços é muito difícil pois aumenta os encargos com a manutenção das duas sedes. No que respeita à disponibilização online das atas e outros documento, assumiu o compromisso que durante este ano este assunto será resolvido. Quanto às críticas relacionadas com as iluminações de natal, o presidente esclareceu que embora seja um assunto do foro do executivo municipal, sabe que a câmara quis englobar os empresários neste processo e inclusive a empresa que instalou a iluminação também contribuiu. Em relação à não iluminação de ruas como a Alberto Sampaio e Capitão Silva Pereira, esclareceu que tal não aconteceu porque os respetivos empresários não quiseram colaborar.

Em relação à intervenção da deputada Felismina Coutinho, o presidente congratulou-se por ter falado no "mercado indo eu" iniciativa que muito agrada aos visienses, em que mal termina uma edição existem logo inscrições para a próxima. Relativamente à possibilidade de descentralização desta iniciativa a mesma será discutida com o grupo de trabalho que teve a iniciativa deste evento.

Em resposta à intervenção do deputado Jorge Azevedo, o presidente referiu que o trabalho desenvolvido pelas estagiárias da Escola Superior de Educação na área social é coordenado entre o executivo e a orientadora das mesmas. Ainda sobre este assunto, o presidente referiu que também gostaria que o papel da junta fosse apenas de supervisão, mas a realidade é outra, pois as pessoas confrontam o executivo com problemas concretos do dia-a-dia que carecem de resposta imediata. Disponibilizou-se no entanto para aceitar propostas e soluções que melhorem a eficácia do apoio social prestado. Em relação aos gastos referiu que as contas irão ser prestadas em tempo útil. Em relação ao apoio dado à cultura, o presidente referiu que na última reunião da assembleia foi aprovado o regulamento de apoio às associações e que o mesmo iria ser apresentado às instituições para estas serem informadas dos requisitos que têm de cumprir para se poderem candidatar aos apoios concedidos.

Em resposta ao deputado Augusto Antunes, o presidente referiu que no aniversário da freguesia o espaço da Pousada não foi pago, tendo inclusive os responsáveis da mesma salientado que apreciaram muito a iniciativa, tendo sido também essa a opinião dos hóspedes presentes, em relação ao espetáculo apresentado, unicamente com artistas


Viseenses. Referiu ainda que os acordos estabelecidos com as juntas dos Açores e da Madeira não são para ficar só no papel estando já a ser trabalhados, programas de intercâmbio.

Terminado o período de resposta do presidente do executivo, tomou a palavra o presidente da mesa que chamou a atenção de todos os presentes que o período de tempo estabelecido para este ponto estava terminado, mas para não limitar as intervenções dos membros da assembleia convidaria os deputados a utilizarem o ponto três da ordem do dia para essas mesmas intervenções.


PERIODO DA ORDEM DO DIA

Ponto numero um - **Apreciação, Discussão e Votação Sobre o Orçamento de dois mil e quinze;**

Referiu o Presidente da Mesa que o documento em causa já foi anteriormente distribuído e após aceitar as inscrições para participação dos presentes, deu a palavra ao deputado Luís Mouga Lopes que cumprimentou todos os presentes e referiu que começava por fazer uma pequena introdução política onde lembra e lamenta que o "estado gordo" expressão utilizada por um dos membros do executivo presente, não sirva para ajudar os contribuintes mas sim para fomentar as parcerias publico privadas, para os BPN's, BES's e para pagar uma dívida que só de encargos relativamente a juros anuais é de cerca de oito mil milhões de euros, resultado da ação dos sucessivos governos. Em relação ao documento em causa referiu que tinha algumas considerações a fazer: julgamos que houve uma preocupação em não empolar o valor das receitas orçamentadas, o que evitará falsas expetativas sobre o dinheiro orçamentado. Se tivermos em conta o primeiro orçamento de 2014 apresentado, este apresenta somente um acréscimo de vinte e um mil e oitocentos e setenta e quatro euros. Parece-nos ser um orçamento que visa a eficiência, visto tentar registar despesas concretas, tendo em conta uma diminuição das receitas; nomeadamente de taxas, multas e outras penalidades para os viseenses (-31%). Apesar do orçamento prever, em parte, a diminuição da precariedade, nomeadamente na contratualização de pessoal, tendo em conta os quadros-regime de contrato individual de trabalho e POC, registamos a anulação do quadro-regime da função pública, em que o trabalhador da Junta (pessoa coletiva pública) passará a não ser considerado (em termos de regalias futuras) funcionário ou agente da administração pública (ao abrigo dos novos contratos individuais do trabalho da administração pública). A designação registada foi uma imposição ou é uma opção do executivo? Se, por um lado, concordamos com o fato do orçamento prever o reforço de verbas na rubrica "vestuário e artigos pessoais", por outro, não entendemos a manutenção da verba para "prémios, condecorações e ofertas", já contestada em 2014, e, pior, não




percebemos o aumento da despesa com a rubrica “artigos honoríficos e decoração”, no valor de quatro mil euros. Porque registamos um aumento com encargos das instalações, gostaríamos de saber se a sede da Junta se vai manter nestas instalações. Por outro lado congratulamos o reforço das verbas para pequenas reparações nas escolas da freguesia, reparação de fontenários, manutenção de espaços verdes, limpeza e varredura da freguesia, conservação e reparação de equipamento desportivo. Em relação ao “mercado indo eu”, situação já falada referiu que se trata de uma atividade que deve ser continuada. Anunciou que no final da intervenção irá apresentar uma proposta para enriquecer ainda mais este projeto. Este orçamento tem em conta também o reforço da transferência para apoio a atividades de apoio social e outros serviços, a instituições sem fins lucrativos e para o orçamento participativo. Se tivermos em conta o grau de execução orçamental do Orçamento Participativo em 2014, esta ação democrática poderá ficar ainda mais reforçada se consagrar uma área de intervenção mais alargada; com maior capacidade de chamar os viseenses a participar. O que nos move não é o orçamento participativo em si, mas a participação dos viseenses no dia-a-dia da sua Junta, da nossa cidade. É preciso continuar a mudar consciências e a chamar as pessoas a colaborar. Concluiu sugerindo uma votação pública do próximo orçamento participativo e apelou à não limitação de ideias nesta rubrica. No final da intervenção o deputado Luís Mouga Lopes procedeu à entrega de um documento que ficará anexo à ata, (documento numero cinco).




Fernando Santos começou por cumprimentar todos os presentes e referiu que esta era a sua primeira intervenção como elemento efetivo da assembleia e deixou o compromisso que iria pautar as suas intervenções na assembleia com o objetivo de enriquecer o debate para que a Freguesia seja a maior beneficiada da sua participação. Passou depois à análise da proposta de orçamento afirmando que o PSD não pode deixar de realçar que o mesmo espelha a dinâmica dada à freguesia por parte do executivo, constituindo este orçamento um verdadeiro guia de orientação do trabalho do executivo, pois é um documento orientador de investimentos e projetos que irão ser desenvolvidos durante o próximo ano. Referiu ainda que em termos financeiros estamos perante um orçamento equilibrado, virado para a área social e o associativismo. Constatou igualmente que este orçamento contempla também alguns contributos dados pelos partidos da oposição representados nesta Assembleia e pela sociedade civil, incluindo ideias que surgiram do orçamento participativo tornando este documento mais rico pois com a participação cívica permite-se um maior grau de satisfação e de transparência da gestão autarca. Chamou ainda à atenção para o reforço para o dobro da verba atribuída ao orçamento participativo. Face a tudo o que referiu afirmou que a posição do PSD não podia ser outra que não a votação favorável desta proposta de orçamento.

Alexandre Azevedo Pinto cumprimentou todos os presentes e começou por dizer que



o PS iria votar contra a proposta de orçamento, referindo que o documento denota falta de eficácia, exemplificando que considera excessiva a dotação orçamental para rubricas como: seis mil euros em ajudas de custo, três mil euros para bens e condecorações, cinco mil euros em artigos honoríficos, outros bens quatro mil e quinhentos euros, etc. Continuou afirmando que estes exemplos demonstram tudo menos eficácia, quando comparados com a dotação orçamental para rubricas como as atividades culturais, educação e desporto. Alertou a assembleia para que compare esta distribuição de verbas e conclua quais são as prioridades orçamentais que motivam o executivo da Junta de Freguesia. Recordou que o montante atribuído este ano ao orçamento participativo foi aquele que o PS sugeriu para o orçamento participativo do ano anterior. Ainda sobre esta rubrica, reiterou que apesar do aparecimento de poucas propostas a iniciativa merece ser continuada apostando no aparecimento de novas ideias e projetos. Recordou também que em relação à verba de quarenta mil euros destinada a apoiar instituições ou associações sem fins lucrativos da freguesia tinha sido aprovado nesta assembleia um regulamento de concessão destes apoios, desconhecendo se já existem candidaturas a estes mesmos apoios. Salientou igualmente a possibilidade de serem revistos os prazos para as instituições se candidatarem aos ditos apoios. Continuou referindo que no ano passado o PS apresentou uma recomendação no sentido de aumentar as medidas de transparência na atribuição de subsídios a instituições sem fins lucrativos de carácter social, recreativo, etc. e sempre que possível atribuir um valor em função de um projeto. Em relação à verba inscrita para o apoio social, Alexandre Azevedo Pinto, questionou se os trinta e cinco mil euros atribuídos, são para manter, ou se à semelhança do ano anterior este valor será alterado em futuras revisões orçamentais, admitindo no entanto essa possibilidade em função das transferências do município, que mais uma vez não se sabe muito bem quais são. Por fim referiu que devido a tudo o que apresentou, o PS não têm outra alternativa que não a de votar contra a proposta de orçamento apresentada.



Jorge Azevedo, tomou a palavra e referiu que desta vez o executivo teve a gentileza de entregar um resumo/guião do documento em discussão, mas isso não o impede de formular algumas perguntas práticas, passando a questionar: quantas pessoas do executivo estão a ser remuneradas, se existem alguém a meio tempo, quem recebe e quanto. Considera que ajudas de custo no valor de seis mil euros é um valor muito elevado e que o mesmo deveria ser reduzido a metade, tal como as verbas destinadas aos prémios e condecorações e aos artigos honoríficos. Considerou igualmente excessivo o valor inscrito no orçamento para publicidade, bem como a verba que se encontra na rubrica "outros" que em seu entender deveria ter um valor residual. Quanto ao orçamento participativo, Jorge Azevedo considera positivo o reforço feito, mas numa apreciação global do orçamento, considera que o mesmo é pouco

transparente e como tal anunciou que o CDS iria votar contra esta proposta.

João Serra referiu, que o orçamento de dois mil e quinze revela uma clara falta de estratégia para a dinamização da freguesia, limitando-se a repetir propostas anteriores, sem criatividade nem projetos novos. Referiu igualmente que o documento em discussão não acautela a possibilidade da abertura de rubricas que possam permitir efetuar candidaturas aos fundos comunitários. Procedeu de seguida à leitura de um documento que entregou à mesa da assembleia e que será apenso a esta ata (documento numero seis). Por fim referiu que iria votar contra a proposta.

Augusto Antunes começou por referir que já tinha quase tudo sido dito sobre o orçamento inclusive a intenção de voto do PS, mas referiu que o preocupa um executivo que gasta metade das suas receitas em custos de organização, considerando excessivos os gastos com despesas de pessoal, conservação e com ajudas de custo e despesas de representação a não ser que as mesmas sejam devidamente explicadas, uma vez que para quem afirma que este é um orçamento voltado para as pessoas este tipo de despesa "faz um bocado de impressão", pois não é isso que ressalva dos números. Pedindo antecipadamente desculpa pela expressão que iria usar, Augusto Antunes, dirigindo-se diretamente ao tesoureiro do executivo, referiu que "parecem existir sacos azuis", uma vez que se fala em rubricas como outros bens e outros serviços, que em seu entender deveriam ter caráter residual, mas que tudo somado totaliza dezasseis mil euros. Para terminar dirigiu-se novamente ao tesoureiro, referindo que o PPI tem uma verba de sessenta mil euros inscrita para a requalificação do Largo do Chafariz em Santiago, e que tendo feito o percurso a passo no local não entende como se pode gastar tanto dinheiro, sugerindo mesmo, gracejando, que o largo se passe a chamar Largo do Tesoureiro.

Não havendo mais inscritos para o uso da palavra, o presidente da assembleia passou a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia.

O presidente do executivo da junta de freguesia, começou por dizer que antes de passar a palavra ao tesoureiro gostaria de referir que os números são interpretados da maneira que cada um quer, recordando que este é de facto o primeiro orçamento em que a responsabilidade é toda deste executivo, uma vez que o anterior resultava de uma agregação na sequência da reorganização administrativa. Referiu igualmente que contrariamente ao que foi dito por alguns membros da assembleia, este executivo não faz orçamentos opacos. São naturalmente propostas diferentes das que fariam a oposição, mas reitera, que se trata de um documento transparente e inclusivo que contem algumas das sugestões dadas no ano passado pela oposição, nomeadamente no que ao orçamento participativo diz respeito. Referiu ainda que prepararam um orçamento realista atendendo às restrições orçamentais. Quanto à questão levantada

dos "sacos azuis" recordou que todas as despesas são claras e poderão ser verificadas aquando da apresentação das mesmas. Diamantino Santos, assumiu que este executivo tem um compromisso que agora renova perante a Assembleia, de não contrair dívidas para a Freguesia e que quando terminar o seu mandato as contas têm de ficar positivas. Realçou que atendendo às restrições a que estão sujeitos, não podem mexer muito nos números apresentados, mas que ainda assim, houve um reforço de verbas para o apoio às coletividades e na área social. Relativamente à crítica de se gastar muito em limpezas urbanas o presidente pediu à assembleia que lhe diga o que deve dizer aos fregueses quando estes se queixam quando há atrasos na limpeza da sua área de residência e salientou os custos inerentes a este serviço. Esclareceu também que além dos elementos efetivos a Junta tem neste momento mais seis pessoas inscritas nos programas ocupacionais do centro de emprego

O tesoureiro Victor Costa, começou por cumprimentar os presentes e respondendo ao deputado Augusto Antunes, sobre a requalificação do Largo do Chafariz de Santiago, referiu que a mesma se estende às ruas envolventes do Largo e que esta obra transitou da extinta Freguesia de São José. Referiu igualmente a este propósito que já foram requalificadas algumas ruas ficando por terminar o largo, a rua central e a rua do caixa. O atraso na conclusão das obras que devia ter acontecido ainda no anterior mandato, deve-se à falta de consenso com um proprietário privado de terrenos que também estão incluídos nesta requalificação. Em relação ao montante envolvido, o tesoureiro referiu que requalificar as ruas, o largo, o tanque existente e deslocar o chafariz tem custos bastante significativos. Relativamente às contas, afirmou que o orçamento obedece a um classificador oficial de receitas e despesas e que como tal não se pode alterar nenhuma denominação. No que se refere às ajudas de custo de seis mil euros esclareceu que esse montante advém da remuneração do Presidente da Junta, atualmente a tempo inteiro, cujo vencimento inclui esse valor anual em ajudas de custo. Esclareceu ainda que esse montante não constitui uma despesa de facto para a freguesia já que provém na íntegra da DGAL. Concluiu afirmando que o presidente do executivo é atualmente o único elemento do executivo que é remunerado pelo seu trabalho na junta de freguesia.

Terminado o período de esclarecimentos por parte dos membros do executivo, o presidente da assembleia, passou então à votação da proposta de orçamento para dois mil e quinze que obteve o seguinte resultado:

Nove votos a favor por parte dos deputados do PSD, nove votos contra dos deputados do PS, CDS/PP e CDU e uma abstenção por parte do deputado do BE.

Registando-se um empate na votação, o presidente da mesa da assembleia exerceu o

seu direito de voto de qualidade, no sentido da aprovação do orçamento para dois mil e quinze.

Ponto numero dois - Apreciação, Discussão e Votação Sobre o PPI e investimentos de dois mil e quinze;

Após o registo dos pedidos de intervenção sobre este ponto, tomou a palavra Adelino Lopes, que sobre o PPI gostaria de saber se nas requalificações planeadas estas incluem o Bairro da Chevis, pois quando se desce para São Salvador foram em tempos requalificados alguns locais, mas houve artérias que não sofreram nenhuma intervenção, a perguntou quais os locais que estão previsto agora sofrerem a referida intervenção.

Luís Mougá Lopes, sobre o PPI afirmou que gostaria que o mesmo contemplasse ações sociais e práticas de proteção do meio ambiente. Gostaria igualmente de saber algumas informações sobre como será efetuada a requalificação da Quinta de São José, bem como o que está previsto em termos de trânsito na cidade e ainda sobre a ligação da Avenida 25 de Abril com a Avenida Alexandre Herculano.

Augusto Antunes, perguntou, em relação à agenda vinte/vinte, se está prevista alguma intervenção do Município na Junta de Freguesia para dois mil e quinze, pois segundo uma pesquisa que realizou questões importantes como a luta contra a pobreza e a exclusão social estarão contempladas neste novo apoio comunitário.

Jorge Azevedo mostrou desagrado pela forma como o executivo apresenta estes documentos essenciais, pois tratando-se de um executivo que não dispõe de maioria na assembleia de freguesia deveriam ser procurados consensos entre todas as forças políticas. Como esta não é a postura do atual executivo, referiu que o CDS/PP nada mais tem a dizer sobre este documento.

Terminadas as intervenções dos membros da assembleia, foi dada a palavra ao presidente da Junta de Freguesia que começou por saudar a presença do deputado Adelino Lopes pela sua primeira presença nesta Assembleia. Em resposta ao mesmo deputado, referiu que naquela zona já existiram duas fases de requalificação e que agora esta chamada terceira fase irá requalificar todas as artérias perpendiculares que não foram intervencionadas nas fases anteriores. Referiu ainda a este propósito que esta pretensão já foi prometida pelo Município e como tal foi inserida neste PPI, esperando que seja finalmente concluída em dois mil e quinze.

Em relação à requalificação da Quinta de São José, referiu que é um local que merece uma atenção especial, atendendo à sua história e que o processo da sua requalificação é uma pretensão que já vem do tempo da extinta Freguesia de Coração de Jesus. Afirmou ainda o presidente do executivo que existem contactos com o município no

sentido de ser promovida uma requalificação com alguma amplitude incluindo um cuidado especial com a zona pedonal com o objetivo de melhorar a mobilidade, ainda que para tal seja necessário sacrificar algumas árvores. Quanto à ligação entre a Avenida 25 de Abril e a Avenida Alexandre Herculano, referiu que é uma quelha que é muito utilizada especialmente por estudantes que se deslocam para a escola Grão Vasco, e que atualmente se encontra com um aspeto completamente degradante. Referiu ainda que sobre este assunto existe a promessa que os serviços técnicos da Camara estão a realizar um estudo sobre aquela área que irá contemplar a reabilitação dessa ligação. Em relação ao trânsito na cidade, o presidente da Junta, respondeu que a junta de freguesia faz parte da comissão sobre a mobilidade e que sendo assim estará disponível para aí apresentar sugestões que lhe cheguem desta assembleia ou de qualquer cidadão da freguesia.

Em relação ao plano vinte/vinte, Diamantino Santos, prometeu que o executivo iria estar atento e se de algum modo verificar que as Juntas poderão beneficiar com este plano, não deixará de subscrever esses projetos. Por fim, e em resposta à intervenção do deputado do CDS/PP referiu que o executivo solicitou a todos os partidos para participarem com ideias e projetos passíveis de ser incluídos no PPI e que o único que respondeu foi o BE.

Seguidamente procedeu-se à votação deste ponto que registou a seguinte votação:

Nove votos a favor por parte dos deputados do PSD, nove votos contra dos deputados do PS, CDS/PP e CDU e uma abstenção por parte do deputado do BE.

Registando-se um empate na votação, o presidente da mesa da assembleia exerceu o seu direito de voto de qualidade, no sentido da aprovação Plano Plurianual de Investimentos para dois mil e quinze.

Antes de encerrar este ponto, o presidente da mesa, referiu que ao exercer o seu voto de qualidade em matérias tão importantes como o orçamento e o PPI, o faz de forma responsável, e a pensar tanto no executivo que o escolheu para seu guião de tarefas a executar ao longo do ano como também na oposição pois o eventual chumbo de ambos os documentos diminuiria a capacidade da mesma em se manter atenta e vigilante.

Ponto número três - Outros assuntos de interesse para a Freguesia;

Mário Rui, felicita democraticamente, não o podendo fazer politicamente, o executivo por ter aprovado não um mas dois orçamentos consecutivos, mais duas revisões, num cenário em que não tem maioria absoluta, mas alertou que a oposição está viva e que em dois mil e dezassete tirarão os eleitores as devidas ilações sobre a forma como os

mesmos foram aprovados. De seguida questionou o executivo acerca do protocolo feito com o Orfeão de Viseu, do qual o PS nunca teve conhecimento e que apenas souberam da sua existência pela imprensa local e em que moldes foram cedidos a esta instituição computadores que se encontravam nos auditórios das Juntas de São José e Santa Maria, sendo que se foram cedidos por serem obsoletos, então tanto o são para a Freguesia como para o Orfeão. Mário Dias aludiu ainda que o facto de se poder consultar toda a documentação na sede na junta, não dispensa o executivo de apresentar os protocolos no local de direito que é a assembleia e que esse procedimento só beneficiaria o executivo em matéria de transparência.

Luís Mouga Lopes, referiu que ia ler o documento que entregou à mesa, mas antes de proceder à leitura, referiu que o seu grande objetivo é chegar ao fim deste mandato e perceber se participou positivamente nesta Assembleia, se contribuiu ou não para melhorar a vida dos fregueses, verificar e garantir que as contas são entregues ao Tribunal de Contas e que está aqui como Luís Carlos Mouga Lopes para responder pelo BE, mas todas as decisões aqui tomadas são como membro do BE mas da sua total responsabilidade.

Augusto Antunes, apresentou, com alguma emoção, uma proposta de atribuição na toponímia da cidade de Viseu, uma referência ao Doutor Luís Almeida Henriques, sobre o qual apresentou um resumo bibliográfico que posteriormente entregou à mesa (documento numero sete).

Jorge Azevedo felicitou o executivo pela conclusão das obras em Marzovelos, mas alertou para existência de uma grua e de um contentor sensivelmente mais acima dessa zona, que aí se encontram há muito tempo. Referiu igualmente que iniciou a sua participação nesta assembleia com uma pergunta direta, que considera nevrálgica, e gostaria de ter uma resposta igualmente direta. Reiterou a mesma, questionando se foi comprada ou não uma viatura ligeira de passageiros para a Junta.

O Presidente da Junta de Freguesia, começou por pedir aos elementos da oposição que evitassem insinuações acerca do assunto dos computadores que estão no Orfeão, esclarecendo que os mesmos não são património da freguesia, foram antes disponibilizados para as juntas de freguesia em resultado de um projeto conjunto com a camara municipal, que se chamava "Net Freguesia" e que foi inclusive financiado pelo QREN. Os ditos computadores estavam aqui inoperacionais, ninguém os utilizava e essa instituição mostrou interesse em ter esse equipamento que foi transferido para lá.

Em relação às propostas apresentadas à mesa por Luís Mouga Lopes, referiu que este executivo está sempre recetivo a receber propostas e que sempre se pautou por ouvir e respeitar as sugestões que nos são dadas, no sentido de tornar a freguesia cada vez mais inclusiva, seja em relação aos partidos representados nesta Assembleia seja com a sociedade civil. Em resposta à proposta do deputado Augusto Antunes, referiu estar completamente de acordo com a iniciativa por este apresentada. O presidente do

executivo respondeu ainda ao deputado Jorge Azevedo referindo que as obras a que se referiu decorreram na Rua Chão do Paço, onde finalmente se construiu o passeio, faltando ainda o jardim que não foi esquecido. Em relação à compra de viaturas, o presidente referiu que foi aprovado nesta Assembleia uma rubrica em que autorizavam o executivo à aquisição de duas viaturas para a Freguesia até um valor de trinta mil euros e que terá oportunidade de confirmar isso mesmo aquando da apresentação de contas. Jorge Azevedo pediu de novo a palavra à Mesa para reiterar as suas dúvidas em relação ao tipo de viatura que seriam adquiridas e ainda para questionar o porquê da não vinda a esta assembleia do protocolo com o Orfeão de Viseu. Álvaro Braga de Meneses referiu que sobre a proposta da colocação do nome do doutor Luís Almeida Henriques na toponímia da cidade era um ato de justiça, pois embora não concordando com as suas convicções políticas reconhecia nele muitas qualidades e como tal votava favoravelmente a proposta.

O Presidente da Junta de Freguesia, referiu mais uma vez relativamente ao chamado protocolo do Orfeão, que é fundamental que se perceba que o que foi feito não resulta de nenhum protocolo, mas da transferência de um posto do projeto "Net Freguesias" que estava qui na Freguesia de São José para o Orfeão de Viseu. Este posto existe no Orfeão como existe na associação de Marzovelos, por indicação da antiga Junta de freguesia de Coração de Jesus ou na de Gumirães por indicação da anterior Junta de Freguesia de Santa Maria de Viseu. Em relação às viaturas, referiu uma vez mais que a grande extensão da freguesia obriga a que os trabalhadores tenham que ser transportados de um lado para o outro uma vez que a alternativa seria andarem a pé, com a maquinaria às costas.

Terminado o período de discussão, o presidente da mesa passou então à votação das propostas chegadas ao longo da sessão, por ordem de entrada na mesa.

A proposta de votação da moção de protesto, sobre as iluminações de natal proposta pela CDU, mereceu a seguinte votação:

-Seis votos a favor, uma abstenção e oito votos contra, sendo a proposta rejeitada por maioria.

A proposta de votação sobre a colocação na toponímia da cidade aludindo ao Doutor Luís Almeida Henriques, mereceu a seguinte votação:

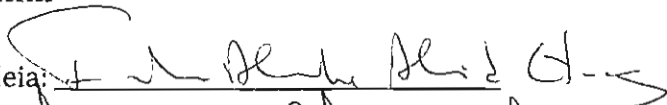
-Aprovada por unanimidade

Não havendo outros assuntos a deliberar, foi lida votada e aprovada por unanimidade a minuta da ata referente a atual sessão da assembleia de freguesia de Viseu, tendo de seguida a sessão sido encerrada pelas vinte e duas horas, dela se lavrando a presente

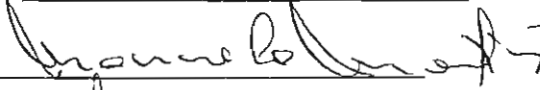
23.

ata, que lida e achada conforme, vai ser assinada para que
conste.-----

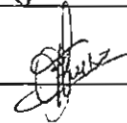
-----O Presidente da Assembleia:



-----A 1.ª Secretária:



-----O 2º Secretário:



AO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VISEU

Documento
N.º 1

PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Considerando,

(1) a síntese da actividade do 4º trimestre 2014 que nos foi comunicada pelo executivo da Junta de Freguesia, que consta de três páginas;

(2) a lei nº75/2013 de 12 de setembro, na sua secção II, artigo 9º, nº 2, alínea e), que passo a citar, e sobre as competências desta assembleia,

“e) apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia acerca da actividade desta e da situação financeira da freguesia, a qual deve ser enviada ao Presidente da Mesa da Assembleia com antecedência cinco dias sobre a data do início da sessão”;

(3) a lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua secção III, artigo 18º, nº1, alínea u) e referindo-se às competências do Presidente da Junta diz:

“elaborar e enviar à Assembleia de Freguesia os elementos referidos na alínea e) do artigo 9º”, isto é, exatamente o texto da redacção do ponto (2) aqui destacado.

Assim, entendemos que não estão cumpridas as formalidades da lei nº 75/2013 bem como o regimento da nossa assembleia, no seu artigo 11º, nº 3, alínea e) e com a mesma redção da lei, não podendo por isso esta Assembleia apreciar a situação financeira da freguesia.

Os membros da Assembleia de Freguesia,

Alexandre Azavedo Pinto

Tálio Rui Gomes Alves Dias

Luísa Rosa Freire

Manoel

Viseu, 5 de dezembro de 2014

SOBRE A INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE

Meia dúzia de iniciativas, da recente actividade da Junta, destaca o senhor Presidente na informação que nos fez chegar: o apoio à iniciativa "Outono Quente", o Mercado "Indo Eu", o 1º Aniversário da anexação das Juntas de Freguesia de Viseu, o Orçamento Participativo e a Acção Social.

De todas elas, queria tecer alguns comentários a duas: à dita Acção Social protagonizada pela Junta e ao tão badalado Orçamento Participativo.

Já o disse aqui várias vezes. A Junta, com a sua atitude caritativa não resolve nenhum problema de fundo das pessoas que diz querer ajudar. Quando muito cria-lhes a ilusão de que tudo se resolve, com uns quilos de arroz ou com o pagamento pontual de uma factura da água ou da luz. Por outro lado, a Junta interfere indevidamente na acção das instituições (IPSS) que, essas sim, estão vocacionadas e com competência técnica e legal para intervir de forma permanente e organizada no apoio aos mais necessitados.

Senhor Presidente, é que a situação a que as pessoas chegaram decorre das políticas implementadas pela Coligação Governativa PSD-CDS/PP através da prática de políticas miserabilistas, fizeram disparar o desemprego, o trabalho precário, a desvalorização dos salários. Que aumentaram brutalmente os cortes nos apoios sociais.

O recurso a programas de cariz assistencialista, baseados no pressuposto que cabe às autarquias serem dinamizadores de acções desse tipo, são um logro e contam-se como exemplos duma acção, que aparentando ser justa, mais não visa que complementar o roubo que tem sido feito aos trabalhadores e ao povo com a ideia de que, com a dose certa de assistencialismo, é possível passar pela crise e sobreviver. Naturalmente, em nenhum momento são questionados os eixos centrais de uma política que dá aos mais ricos para tirar aos mais pobres.

Sobre o Orçamento Participativo - Nesta informação que nos foi distribuída, dá-se conta do Orçamento Participativo, no seu processo de lançamento e apresentação de propostas pelos munícipes.

Lamenta-se o senhor Presidente de que as propostas foram em número inferior ao esperado.

Handwritten notes in the top right corner: "A.", "2º turno", "17", and "PP/PSD (1) (2)".

Handwritten signature and notes: "CDU Hand N.º 5"

Sobre as Actas.

Queria iniciar a minha intervenção com duas alusões sobre as actas:

A primeira para constatar que qualquer cidadão que queira consultar on line as actas da Junta de Freguesia ou da Assembleia de Freguesia de Viseu, não o consegue fazer dado nem umas nem outras se encontrarem disponíveis na Web.

E estranho que isso aconteça. Primeiro porque passou a ser obrigatório para a administração pública a disponibilização dos documentos de gestão e de registo de decisões políticas (actas e protocolos) nas plataformas informáticas. Segundo porque a Junta dispõe de pessoal habilitado tecnicamente para proceder à actualização do seu site com estes documentos. Consequentemente tenho de colocar a pergunta: "Qual é o problema"?

A segunda alusão que vou fazer refere-se ao conteúdo das actas. Em minha opinião as transcrições do que se diz e se argumenta na Assembleia são parciais e aleatórias, para não dizer discricionárias. Quando se trata das intervenções da CDU, a coisa é sintética e regra geral resume-se a uma frase. Já quanto á participação de outros eleitos, quem redige transcreve detalhadamente as polémicas e as propostas. Por outro lado, a CDU apresenta normalmente documentos escritos e propostas sobre as questões em discussão que depois não são reflectidos nas actas. É um procedimento errado que tem de ser rectificado. Os documentos que apresentamos na mesa têm de vir obrigatoriamente apensos às actas e isso deve ser feito em relação a todos os documentos já apresentados pela CDU. Vejamos um exemplo concreto, sobre o Regulamento de Concessão de Apoios às Associações da Freguesia: A Acta diz que " a CDU disse que as propostas apresentadas não foram tidas em conta e apresentou um documento escrito que fica arquivado". Que propostas foram? Ninguém sabe. Onde ficou arquivado o documento? É um mistério. Conclusão: qualquer cidadão que se queira inteirar das razões do voto contra da CDU sobre o Regulamento, não o saberá pela leitura da Acta.

A continuar assim, a não ser melhorado substancialmente este procedimento, não teremos outra alternativa que não seja adoptar a metodologia da Assembleia Municipal e gravar integralmente todas as sessões para posterior transcrição fidedigna para as actas.

Documento para ficar apenso à Acta da presente Reunião da Assembleia de Freguesia, da União de Freguesias de Viseu.

Viseu 6/12/2014

O Eleito da CDU

João Serra.

MOÇÃO PROTESTO

Sobre as Iluminações de Natal na Cidade

DECEMBER
N.º 4



As iluminações de Natal em quase todas as cidades do mundo são um elemento iconográfico da época e pretendem humanizar um pouco a vida dos seus habitantes, prometendo-lhes, por breves dias, uma democrática partilha de sonhos e fruição comum de cores e de luz. A Cidade de Viseu não fugiu à regra.

A intenção confessa do município foi a de investir numa iluminação inovadora, que potencie elementos de atracção para o comércio local. Nas ruas do Centro Histórico, na entrada Oeste da Cidade, junto à Sé e na Praça, D. Duarte, proliferaram os elementos decorativos, dando um novo colorido àquelas lugares.

Se o objectivo principal deste investimento foi dinamizar o comércio local, a Assembleia de Freguesia de Viseu, vem interrogar a Câmara Municipal sobre as razões que a levaram a deixar sem qualquer enfeite luminoso de Natal, ruas como a de Alberto Sampaio, Rua Silva Pereira e muitas outras de igual importância para a actividade comercial da cidade?

Considerando que esta opção do Município é discricionária e lesiva dos interesses da generalidade do comércio local inserido na União de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Viseu, reunida em sessão ordinária no dia 6 de Dezembro de 2014, aprova um Voto de Protesto pela ausência de iluminação de Natal generalizada a todas as ruas com significativa actividade comercial e recomenda que, não sendo possível reparar este dano já em 2014, no projecto para as iluminações de Natal de 2015, sejam abrangidas todas as ruas do comércio tradicional.

Viseu, 5/12/2014

O Eleito da CDU

João Serra

Propostas/Recomendações do Bloco de Esquerda Viseu ao Executivo da Junta de Freguesia de Viseu

Doc. 14
14

Mercado Indo Eu

Tendo em conta o local, o público-alvo e o objetivo desta ação, achamos pertinente acrescentar o encontro de produtores locais responsáveis com consumidores éticos ao programa do "Mercado Indo Eu".

Julgamos que a promoção do "comércio justo" poderá enriquecer o programa do "Mercado Indo Eu".

Ao dar-se espaço a pequenas organizações locais (produtores de produtos artesanais provenientes do Distrito), para além de se defender as formas tradicionais de produção e comercialização, estar-se-á a sensibilizar os viseenses a alterar comportamentos e a facilitar as condições para a mobilização social.

A missão do "Mercado Indo Eu" passaria a incluir a promoção da equidade social, a proteção do ambiente e a segurança económica através do comércio e da promoção de campanhas de consciencialização.

Freguesia Saudável e Renovável

Julgamos que a realização de uma *campanha de sensibilização* em nome do consumo responsável levar-nos-á a precaver melhores atitudes no futuro próximo.

Uma *campanha de sensibilização* que promova o consumo de alimentos saudáveis e, ao mesmo tempo, a utilização de energias alternativas.

Ao promover-se a saúde e a renovação (o bem-estar social), nas ruas e nas escolas do primeiro e do segundo ciclo, sitas na área da junta de freguesia de Viseu, estar-se-á a criar bases para o futuro da nossa cidade; incentivando os jovens para o investimento pessoal e para o desenvolvimento económico.

Para a solidariedade, a inclusão, a educação, a cultura e a coesão territorial da freguesia.

Criação do dia do Associativismo e da Economia Solidária

O objetivo é incentivar a criação de atividades económicas sustentáveis, geridas na base da cooperação entre os seus trabalhadores/as, numa perspetiva de desenvolvimento local e de construção de relações sociais emancipadoras e equitativas.

Viseu, 05 de Dezembro de 2014

Luís Mouga Lopes
Membro da Assembleia da Junta de Freguesia de Viseu

Luís Mouga Lopes
14

SOBRE O ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA 2015

Orçamento
n.º 6
Página 1

- O Orçamento que nos é apresentado para 2015 revela uma clara falta de estratégia para a dinamização da Freguesia, limitando-se a repetir propostas anteriores, sem ponta de criatividade, sem projectos novos, sem sequer acautelar a possibilidade da abertura de rubricas que permitam efectuar candidaturas futuras aos fundos comunitários. É um Orçamento de rotina, acomodado, sem rasgo nem brilho.

Contudo, algumas rubricas que insere mereceram a minha atenção. Tal como mereceram atenção outras que não insere e que na minha opinião deveria conter.

A verba de 190 mil euros, proveniente da Câmara Municipal como transferência corrente, é uma verba proveniente dos protocolos de transferência de competências, refere-se a apoios pontuais ou destina-se ao pagamento do pessoal ao serviço da Freguesia? Seja como for, é uma verba exígua. O mesmo se pode dizer dos 210 mil euros que a Câmara transfere como receita de capital, não se percebendo a que tipo de investimentos se destinam.

- Prevê a Junta gastar 22 mil euros em reparações escolares. Sabendo que no Orçamento municipal estão inscritas verbas para intervenção em todas as escolas necessitadas do Concelho, impõe-se a pergunta: a Junta vai substituir-se à Câmara nessa tarefa, desperdiçando 22 mil euros ou o Município delegou na Junta a reparação das escolas do 1º CEB da cidade?

Handwritten signature and text:
D. Fernando Ribeiro
PÁG. 12

Significativa é a verba prevista para despesas com pessoal 202.750 mil euros. Esta verba corresponde a 25,8% das despesas totais e a 37,5% das despesas correntes.

Não vou repetir o que já disse sobre a rubrica de apoio social – 35.000 euros. É uma verba significativa que a Junta vai aplicar com critérios subjectivos e sem qualquer controlo da Assembleia, pese embora a aprovação do rocambolesco Regulamento de Atribuição de Subsídios.

Louve-se o reforço de verbas a atribuir a Instituições sem Fins Lucrativos, embora tenha de repetir o que disse atrás, sobre a falta de critérios objectivos e equitativos na distribuição destes apoios.

Suponho que a receita de 42 mil euros de Impostos Directos se refere à comparticipação da Junta no IMI Rústico e Urbano. Queria apenas perguntar se este cálculo já contempla a alteração para 1 por cento no IMI Urbano?

Enfim, nada neste Orçamento me suscita obrigação de votar a favor. Por isso irei votar contra.

Viseu, 6/12/2014

O Eleito da CDU

João Serra

Luíz Almeida Henriques

Depoimento
N.º 7

Insigne viseense, nascido em Nelas em 1933, tendo falecido em Viseu em junho de 2002.

Médico radiologista, filho de médico radiologista, com consultório na Rua D. Duarte onde exerceu a sua profissão de acordo com os ilustres preceitos consignados no juramento de Hipócrates. Gostava dos seus doentes, vivia a sua profissão com mestria elevada, própria dos Homens bons. Conheci-o ao longo de muitos anos, era amigo da família. Conheci-lhe alguns gostos: a arte, os bons vinhos e charutos. Era um homem muito culto, generoso e amigo do amigo. Gostava de tudo quanto fosse rebelde! Sólido opositor ao antigo regime, sempre foi um verdadeiro democrata. Era um republicano convicto e genuíno, um acérrimo defensor da liberdade, da cidadania e dos Direitos do Homem. Tinha o caráter nobre da frontalidade e um raro sentido de lealdade e fraternidade.

Algumas personalidades da nossa cidade ilustraram as virtudes da sua obra e traços marcantes, em declarações de 10 de Junho de 2002 ao Jornal do Centro:

(agendas do seu falecimento)

- 1 – Fernando Ruas
- 2 – Almeida Henriques
- 3 – José Junqueiro
- 4 – José Teles
- 5 – Hélder Amaral
- 6 – Mário Soares

“Há homens assim. Por onde passam deixam marca. Sem se porem em bicos de pés. Não precisam. Luíz Almeida Henriques era um opositor. Um combatente. Foi-o antes do 25 de Abril. Foi-o depois....Não era um Homem de meias palavras. Com ele tudo era por inteiro. ...Um homem bom de grande coração”.

Isabel Costa Bordalo

“Tu eras o rio impetuoso que não suportava as morgens. Eras a voz irreverente de quem não se conforma com as injustiças, de quem acredita no homem e na sua capacidade de transformar o mundo”

Alfredo Barroco

É de todo o merecimento que este nosso conterrâneo tenha o devido reconhecimento e homenagem com a atribuição do seu nome a uma artéria da nossa mui nobre cidade.

GRPS
05.12.2004

ASSEMBLEIA de FREGUESIA
Auditório da União de Freguesias
Travessa de São Lázaro
5 – 12 – 2014



Boa noite. . . .

Para quem não tive o prazer de cumprimentar. . . .

Como certamente é do conhecimento de todos vós, a nossa Freguesia tem mais de (100) cem Clubes / Associações.

Vamos acompanhando de perto, todas as solicitações que nos vão chegando, pelos diferentes Clubes / Associações existentes, até porque o executivo (mesmo àqueles que não pertencem às Freguesias) analisa cada caso.

Sabemos o quanto é importante o papel destas Instituições e com algum critério vamos apoiando as diversas atividades que se propõem realizar.

Como é do conhecimento de V/Exas, houve um compromisso eleitoral em várias áreas, tendo o executivo da Freguesia, organizado Grupos de Trabalho para simplificar as tarefas de cada grupo, fazendo estes a ligação *...ÁREAS ao Executivo*.

Estou envolvido na Área do Desporto, Juventude, Bem-estar e Saúde, e que aproveito a oportunidade para agradecer toda a disponibilidade e apoio, que o executivo tem dado a todos os grupos de trabalho.

O executivo reconhece que o associativismo é uma das maiores riquezas da nossa sociedade, verificando que cada vez mais as pessoas praticam atividade física, devendo por isso apoiar todas as iniciativas.

É escusado dizer-vos que a Freguesia continua a apoiar as candidaturas nas áreas: SOCIAL – EDUCAÇÃO – CULTURA – DESPORTO e JUVENTUDE, sendo importante que os Clubes / Associações que se candidatem, estejam legalmente constituídas, não tenham dividas à Freguesia, se encontrem com a situação regularizada nas Finanças e Segurança Social.

Devem entregar a quando da Candidatura, o Plano de Atividades, Relatório e Contas e a listagem dos órgãos sociais eleitos e em funções.

Olimpio Coelho